O inglês como língua de trabalho: consequências práticas para clientes e assessores

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

A língua na estruturação de uma relação

Para um cliente ou assessor europeu, o uso do inglês em Singapura tem várias consequências práticas. Tudo o que tem relevância jurídica em Singapura, dos documentos constitutivos de uma sociedade ao instrumento de um trust e ao contrato com um banco, estará em inglês. Um cliente que não lê bem inglês deve exigir uma tradução para fins informativos. Deve também compreender que somente o texto em inglês faz fé. Um cliente suíço ou alemão habituado a receber contratos em sua própria língua deve ser informado disso desde o início, pois um eventual litígio será decidido com base no texto em inglês por um tribunal judicial ou arbitral que trabalha apenas em inglês.

A segunda consequência diz respeito aos conceitos. Como o direito de Singapura usa termos jurídicos ingleses, a tradução de um documento de Singapura para o alemão, o francês ou o italiano exige um tradutor que compreenda a common law. Um instrumento de trust traduzido por um tradutor generalista pode verter *trustee* como

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Treuhänder ou *fiduciaire*, o que sugere um mandato contratual segundo o direito suíço. O caráter real do trust desaparece nessa tradução. Os assessores devem verificar se a tradução dos documentos essenciais preserva o sentido jurídico e identificá-la claramente como tradução meramente informativa.

A terceira consequência diz respeito aos documentos que seguem no sentido inverso. Documentos suíços, alemães e franceses que devam ser usados em Singapura, de procurações a certidões de constituição e sentenças judiciais, precisam de uma tradução certificada para o inglês. Autoridades e tribunais trabalharão a partir da tradução, de modo que erros nela podem ter efeitos graves. O capítulo J.III examina a tradução e o reconhecimento de documentos estrangeiros no contexto dos serviços jurídicos.

Checklist: a língua em um mandato em Singapura

- Confirmar que o cliente consegue ler e compreender os documentos em inglês que assinará, ou providenciar uma tradução para fins informativos.
- Declarar em cada documento bilíngue que o texto em inglês prevalece e evitar duas versões autênticas.
- Recorrer a tradutores formados em common law para instrumentos de trust, documentos de garantia e acordos de acionistas.
- Verificar se os termos jurídicos essenciais (*trust*, *consideration*, *floating charge*, *fiduciary duty*) são vertidos com uma nota explicativa quando não existe equivalente exato.
- Obter traduções certificadas para o inglês de documentos societários estrangeiros, procurações e sentenças antes de apresentá-los às autoridades ou aos tribunais de Singapura.
- Convencionar o inglês como língua de qualquer arbitragem e indicar a língua expressamente na cláusula compromissória.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

- Quando o cliente ou a contraparte preferir o mandarim, o bahasa indonésio ou outra língua para a negociação, manter a documentação vinculante em inglês e registrar separadamente a língua da negociação.
- Revisar a correspondência em inglês com a MAS, a ACRA e a IRAS quanto à coerência com os documentos apresentados em outras jurisdições.

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com